



DA: ASSESSORIA JURÍDICA DA CPL DO MUNICÍPIO DE PIRACURUCA-PI.
PARA: PREGOEIRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL.
ASSUNTO: Exame das minutas de Edital, Ata de Registro de Preços e Contrato.
REF. PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº: 0027/2019.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 001.0008387/2019.

OBJETO: Registro de preço para contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais esportivos, para atender as necessidades das secretarias, fundos e órgãos do município de Piracuruca-PI, conforme especificações contidas no termo de referência e edital.

PARECER JURÍDICO

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. EXAME DAS MINUTAS DE EDITAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO. ART. 38, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 8.666/93. CONTROLE PREVENTIVO DA LEGALIDADE. OBSERVÂNCIA DAS NORMAS E PRINCÍPIOS NORTEADORES DA LICITAÇÃO.

1. OBJETO DA CONSULTA

Trata-se de consulta formulada pela Comissão Permanente de Licitação, por intermédio do Sr. Pregoeiro, acerca da legalidade das regras e condições fixadas na minuta do Edital, Ata de Registro de Preços e Contrato referente ao procedimento licitatório na modalidade pregão, na forma presencial, para Sistema de Registro de Preços, autuado com nº: 0027/2019, tipo MENOR PREÇO por ITEM, visando o Registro de preço para contratação de empresa para o fornecimento parcelado de materiais esportivos, para atender as necessidades das secretarias, fundos e órgãos do município de Piracuruca-PI, conforme especificações contidas no termo de referência e edital, partes integrantes do processo em exame.

Por conseguinte, antes de adentrar no mérito da consulta, cumpre-nos informar que, a análise dos aspectos relacionados com o mérito da contratação, as especificações técnicas do veículo e a compatibilidade dos preços estimados no Termo de Referência para aquisição do objeto da presente licitação com os praticados no mercado, não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico, motivo pelo qual não será objeto de análise.

É o que se tem a relatar. Em seguida exara-se o opinativo.



2. DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS QUE REGEM O CERTAME

A constituição Federal em seu art. 37 estabelece que, a Administração Pública observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por essa razão, o inciso XXI do artigo retro mencionado assevera que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Essa sujeição ao dever de licitar, busca efetivar a aplicação dos dispositivos normativos e principiológicos norteadores da licitação, consoante estabelecido no art. 3º da Lei de Licitações e Contratos, senão vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (grifo nosso).

Além do mais, o próprio estatuto de Licitação e Contratos, no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, assim dispõe:

“As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração.”

Dessa forma, após definir a modalidade licitatória, caberá a Comissão Permanente de Licitação, submeter às minutas do edital, ata de registro de preços e contratos ao crivo da assessoria jurídica, com a finalidade de conferir efetividade aos comandos constitucionais.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, de modo a evitar que os editais e contratos contenham estipulações que contravenham à lei, considerando que, o preceito da legalidade é singularmente relevante nos atos administrativos.



Assim, imprescindível é o exame prévio e aprovação das minutas, para que a Administração não se sujeite a violar um princípio de direito, o que é severamente tão grave como transgredir uma norma.

3. DAS CONDIÇÕES FIXADAS NO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL E SEUS ANEXOS

Compulsando os autos, verifiquei que o processo veio acompanhado com solicitação de material e Termo de Referência, contendo as especificações do objeto e o valor estimado para futura contratação, preenchendo, assim, as exigências elencadas no Art. 3º da Lei nº 10.520/2002.

Neste lance, embora o processo não possua as planilhas de preços em documentos apartados do Termo de Referência, no meu entender, a minuta analisada dispõe das informações exigidas nos dispositivos retro mencionado. Inclusive, esse é o entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União – TCU que, ao analisar o tema, entendeu que, no caso de licitações na modalidade Pregão, o orçamento estimado deve constar obrigatoriamente no Termo de Referência.

Assim, é correto afirmar que, a instrução dos processos licitatórios, especialmente no que tange a inserção dos orçamentos da licitação no Termo de Referência além de estar em harmonia com a jurisprudência do TCU também encontra guarida no art. 7º, § 2º, inc. II e 40, § 2º, inc. II da Lei nº 8.666/93 c/c Art. 3º, III da Lei nº 10.520/02, considerando que, da leitura dos dispositivos retro mencionados, não se observa, nenhuma vedação a utilização do orçamento no bojo do Termo de Referência.

Nesse sentido repousa a jurisprudência do TCU¹, vejamos:

“Anexe aos instrumentos convocatórios para aquisição de produtos e contratação de serviços de informática o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, **ressalvada a modalidade pregão, cujo orçamento deverá constar obrigatoriamente o Termo de Referência**, ficando a critério do gestor, no caso concreto, a avaliação da oportunidade e conveniência de incluir tal Termo de Referência ou o próprio orçamento no edital ou de informar, nesse mesmo edital, a disponibilidade do orçamento aos interessados e os meios para obtê-los.”

¹ Acórdão 664/2006 Plenário (redação dada pelo Acórdão 1925/2006 Plenário)



Prosseguindo, consta na Minuta do Edital a descrição do órgão participante do certame, sendo que a aquisição do veículo será custeada através de Recursos próprios do tesouro municipal.

Nessa vereda, embora eu entenda que não haja a obrigatoriedade de constar a dotação orçamentária para deflagrar procedimento licitatório nos moldes do exigido no Art. 7, §2º, inciso III da Lei nº 8.666/93, considerando que a licitação é na forma de Registro de Preços, onde a alocação da dotação orçamentária, somente será exigida no momento da aquisição do objeto. Todavia, nas minutas analisadas, visualizei, a indicação da dotação orçamentária responsável para suportar a despesa, por essa razão, é preciso destacar que, embora não seja essencial para a realização da licitação, o instrumento convocatório trouxe previamente as informações exigidas no art. 7, § 2º da Lei nº 8.666/93.

Quanto ao tema, é pacífico o entendimento de que nas licitações para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, inclusive nesse sentido são as recomendações da Controladoria Geral da União - CGU².

No mesmo sentido o Tribunal de Contas da União³, firmou entendimento de que a licitação para o SRP pode ser realizada independentemente de dotação orçamentária, pois não há obrigatoriedade e dever de contratar.

Em linhas gerais, após minuciosa análise do instrumento convocatório, constatei que a minuta do Edital não possui cláusulas restritivas à competição, posto que, para participar do certame, o instrumento exige, exclusivamente, os documentos de habilitação, previstos nos arts. 27 e ss da Lei Federal nº 8.666/93, em consonância com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, vejamos:

NO CERTAME LICITATÓRIO, OS DOCUMENTOS QUE PODEM SER EXIGIDOS QUANTO A HABILITAÇÃO JURÍDICA, QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, REGULARIDADE FISCAL E PROVA DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXX III DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL ESTÃO ADSTRITOS AQUELES PREVISTOS NOS ARTIGOS 27 A 31 DA LEI NO 8.666/1993. **ACÓRDÃO 2056/2008 PLENÁRIO (SUMÁRIO).**

ABSTENHA-SE DE PREVER, COMO EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO, REQUISITOS QUE NÃO ESTEJAM CONTEMPLADOS NOS ARTS. 28 A 31 DA LEI NO 8.666/1993, POR AUSÊNCIA DE AMPARO LEGAL E POR RESTRINGIR A COMPETITIVIDADE DA LICITAÇÃO.

² Controladoria-Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno Brasília. Perguntas e respostas, 2014

³ Manual de Licitações e Contratos – TCU, 4ª edição revista, ampliada e atualizada. Brasília, 2010, pag. 243.



EM AFRONTA AO DISPOSTO NO ART. 3º, § 1º, INCISO I, DA REFERIDA LEI. ACÓRDÃO TCU 1731/2008 PLENÁRIO.

Neste passo, em relação as recomendações fixadas no Estatuto de licitações e contratos (Lei nº 8.666/93), a minuta do Edital apresenta os requisitos exigidos no art. 40, pois resta evidenciado de forma clara e sucinta o objeto da licitação, as condições de participação dos interessados, o prazo e condições para fornecimento do objeto ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei e as sanções para o caso de inadimplemento, além de outros requisitos exigidos por lei.

De resto também observei a existência de previsão expressa ao tratamento diferenciado e a aplicação do direito de preferência previstos no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006.

A minuta da Ata de Registro de Preços como elemento vinculativo e obrigacional para futura contratação, estabelece que serão registrados os preços, os fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, demonstrando, portanto que a minuta analisada, previu as cláusulas necessárias e essenciais, cumprindo assim, as disposições do art. 1º, II do Decreto Municipal nº 068/2013.

O Edital prescreve ainda que o instrumento de contrato poderá ser substituído por outros instrumentos idôneos, reconhecidos por lei, para legitimar a execução da despesa, com fundamento no Art. 62 do Estatuto de Licitações e Contratos.

Em verdade, entendo ser legítima essa previsão, todavia é importante destacar que a lavratura do Ata de Registro de Preços não anula as obrigações fixadas no Edital e seus anexos para a Administração e contratados, pelo contrário, esses instrumentos se unem a Ata de Registro de Preços integrando-a para todos os efeitos legais.

Desta feita, não há como prosperar quaisquer entendimento no sentido de que, em razão de sua natureza, a Ata de Registro de Preços não impõe obrigações a administração, pois analisando-se os documentos produzidos nas minutas analisadas é fácil constatar que, a minuta da Ata de Registro de Preços integrante do Edital ora analisado, possui os requisitos exigidas por lei, não havendo óbice algum, na utilização de Nota de Empenho e Autorização de Fornecimento, como instrumento hábil a substituir o contrato, sempre que a administração pretenda adquirir quaisquer dos produtos registrados na ata de registro de preços.

Quanto ao tema, é necessário esclarecer também que, por força do princípio da indisponibilidade do interesse público, a Administração deve agir com prudência e cautela, sempre com o intuito de resguardar o interesse público. Assim, ainda que a Administração



possa dispensar o instrumento próprio e típico de contrato, vale ressaltar que não podem ser dispensadas as precauções fundamentais para resguardar o interesse público, considerando que, conforme previsto na minuta do Edital e seus anexos, bem como na minuta da Ata de Registro de Preços, foram definidos previamente os deveres e responsabilidades do contratante e dos contratados, nos moldes estabelecidos nos incisos do artigo 55 e conforme determina o art. 62, § 2º, ambos da Lei nº 8.666/1993.

Nesse sentido é a recomendação do Tribunal de Contas da União⁴:

Atente aos mandamentos da Lei nº 8.666/1993, especialmente o art. 62, o qual determina que "o instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, **e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço**".

Prosseguindo, analisando a Minuta do Contrato, constatei as cláusulas essenciais consoante disposto na Lei nº 8.666/93, em especial no que tange as condições e prazos para fornecimento do objeto, os quais estão expressas em cláusulas que definem os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os mandamentos legais previstos nos arts. 54 e 55 da Lei nº 8.666/93.

Em síntese, após analisar as disposições fixadas nas minutas ora analisadas, cumpre destacar que, estão de acordo com os regramentos da Lei nº 10.510/2002, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 068/2013, em face da ausência de condições ou requisitos que possam comprometer ou frustrar a licitude e a competitividade do certame.

Nesse sentido, para garantir a ampla publicidade da licitação, aumentando assim, as possibilidades da Gestão Municipal contratar com a proposta mais vantajosa, recomendo a Comissão Permanente de Licitação que proceda a publicação do aviso de licitação, conforme exigido no art. 4º, I da Lei nº 10.510/2002 c/c Art. 11 do Decreto Federal nº 3.555/2000.

Por fim é salutar destacar também que, os avisos de licitação além de observar as disposições legais, também deverão conter os elementos previstos na Instrução Normativa TCE nº 001/2013, devendo ainda o Edital e seus anexos serem cadastrados,

⁴ Acórdão 96/2010 TCU- Segunda Câmara (Relação)



tempestivamente, no sistema licitações web no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, conforme determina a Res. TCE nº 027/2016.



4. CONCLUSÃO

Antes de concluir, cumpre esclarecer que, apoiado nos sábios ensinamentos do doutrinador HELY LOPES MEIRELLES, todas as considerações aqui expostas, trata-se de uma opinião técnica, de caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou aos particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já, então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas, sim, o ato de sua aprovação ou ratificação por quem o solicitou.

Por todo o exposto, após exame das regras e condições fixadas nas minutas do Edital, Ata de Registro de Preços e contrato do Pregão Presencial SRP nº 0027/2019, constatei absoluto respeito às Leis nº 10.510/2002, Lei nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 068/2013, bem como as demais normas e princípios que regem a matéria. Assim, aprovo as minutas, ora analisadas e, opino favoravelmente pelo prosseguimento do certame.

É O PARECER, S.M.J.

Piracuruca-PI, 26 de setembro de 2019.

JAMES RODRIGUES & ADVOGADOS ASSOCIADOS
CNPJ: 21.528.885/0001-76
Assessoria Jurídica da CPL/PMP-PI
JONAS DE SOUSA DA COSTA
OAB PI Nº: 10037

JONAS
DE
SOUS
A DA
COSTA

Assinado
de forma
digital por
JONAS DE
SOUSA DA
COSTA
Dados:
2019.09.26
16:04:58
-03'00'



PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 027/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001.0008387/2019

OBJETO: Registro de preços para aquisição parcelada de materiais esportivos, para atender as necessidades das secretarias, fundos e órgãos do município de Piracuruca-PI, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Edital.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

Tendo em vista os documentos apresentados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, no uso de suas atribuições delegadas pela Portaria GP nº 109/2019 de 09/10/2019, tendo em vista o disposto no Art. 3º, IV da Lei nº 10.520/2002 e a Homologação do procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 027/2019, cujo objeto é o Registro de preços para aquisição parcelada de materiais esportivos, para atender as necessidades das secretarias, fundos e órgãos do município de Piracuruca-PI, conforme especificações contidas no Termo de Referência e Edital e proposta final das licitantes que ofertaram os menores preços, após a análise e julgamento das propostas, bem como dos documentos de habilitação, partes integrantes da licitação, tendo vencido todos os prazos recursais e, em razão do resultado final, pelo presente, recebo, aceito e aprovo o procedimento em epígrafe, em consequência **HOMOLOGO** a licitação, em favor da empresa Licitante:

LICITANTE: UNIFARDAS SPORT LTDA, CNPJ: 08.412.479/0001-85, sediada na Rua Barroso nº 449, centro Teresina-PI, representada pelo Sr. Francisco José da Silva, RG: 1.334.354 SSP-PI, CPF: 504.086.153-20, email: unifardassport@yahoo.com.br

LICITANTE: GUILHERME GOMES BRITO 06995331397, CNPJ: 28.922.993/0001-78, sediada na Av. Cel. Pedro de Brito nº 1053, Centro, Piracuruca-PI, representada por seu procurador o Sr. Francisco Janiel Magalhães Pontes, portador do RG: 1.784.774 SSP-PI, CPF: 003.885.383-33.

LICITANTE: UNIFARDAS SPORT LTDA, CNPJ: 08.412.479/0001-85

LOTE I - MATERIAIS ESPOTIVO						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VAL TOTAL
5	BOLSA DE MASSAGISTA FECHADA	NETSHOES/ NACIONAL	UNID	20	R\$ 90,00	R\$ 1.800,00
11	LUVAS PARA GOLEIRO	REALTEX/ NACIONAL	UNID	80	R\$ 31,00	R\$ 2.480,00

LICITANTE: GUILHERME GOMES BRITO 06995331397, CNPJ: 28.922.993/0001-78

LOTE I - MATERIAIS ESPOTIVO						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA	UND.	QUANT.	VALOR UNIT.	VAL TOTAL
1	APITO METAL	STARSIDE	UNID	20	R\$ 17,00	R\$ 340,00
2	BOLAS DE FUTEBOL CAMPO NÃO OFICIAL	STADIUM	UNID	80	R\$ 45,00	R\$ 3.600,00



3	BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL	STADIUM	UNID	100	R\$ 54,00	R\$ 5.400,00
4	BOLA DE FUTSAL NÃO OFICIAL	STADIUM	UNID	80	R\$ 45,00	R\$ 3.600,00
6	BOMBA DE AR COM VÁLVULA	STADIUM	UNID	05	R\$ 22,00	R\$ 110,00
7	CARTÃO P/ JUIZ FUTEBOL DE CAMPO CONJ. C/ 03 UNID	STARSIDE	UNID	05	R\$ 13,00	R\$ 65,00
8	COLETE ESPORTIVO LISO	NATA SPORTS	UNID	100	R\$ 8,70	R\$ 870,00
9	EQUIPE P/ FUTEBOL SHORT, CAMISA, MEIA 16X1	NATA SPORTS	CONJ	05	R\$ 469,00	R\$ 2.345,00
10	JOELHEIRA PARA GOLEIRO	STARSIDE	PAR	06	R\$ 29,00	R\$ 174,00
12	MEDALHA BRONZE MÉDIA	VITÓRIA	UNID	100	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
13	MEDALHA OURO MÉDIA	VITÓRIA	UNID	100	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
14	MEDALHA PRATA MÉDIA	VITÓRIA	UNID	100	R\$ 2,90	R\$ 2.900,00
15	REDE DE FUTEBOL DE CAMPO	VIA BRASIL	UNID	10	R\$ 210,00	R\$ 2.100,00
16	REDE FUTSAL	VIA BRASIL	UNID	10	R\$ 149,00	R\$ 1.490,00
17	REDE VOLEIBOL	VIA BRASIL	UNID	10	R\$ 60,00	R\$ 600,00
18	TROFÉU 22CM	VITÓRIA	UNID	20	R\$ 29,00	R\$ 580,00
19	TROFÉU 25CM	VITÓRIA	UNID	20	R\$ 34,50	R\$ 690,00
20	TROFÉU 35CM	VITÓRIA	UNID	20	R\$ 34,50	R\$ 690,00
21	TROFÉU 55CM	VITÓRIA	UNID	08	R\$ 49,00	R\$ 392,00
22	TROFÉU 60CM	VITÓRIA	UNID	08	R\$ 59,00	R\$ 472,00
23	TROFÉU 70CM	VITÓRIA	UNID	08	R\$ 68,00	R\$ 544,00
24	UNIFORMES ARBITRAGEM	NATA SPORTS	CONJ	08	R\$ 50,00	R\$ 400,00
25	PLACAR DE MESA	VOLVO	UNID	05	R\$ 289,00	R\$ 1.445,00
26	BOLA DE VÔLEI PRÓ 6.0 PROFISSIONAL	DAL PONTE	UNID	50	R\$ 79,00	R\$ 3.950,00

Tudo em conformidade com as Propostas vencedoras e demais documentos constantes nos autos, nos termos da Lei Federal n.º 10.520 de 17.07.2002, Decreto Federal n.º 3555 de 08.08.2000 e subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 com suas alterações, e ainda regulamento local Decreto n.º 068/2013, determinando as providências necessárias à celebração da Ata de Registro de Preço e do contrato ou sua substituição pelos instrumentos hábeis previstos no Art. 62 da Lei n.º 8.666/93, conforme o caso, de acordo com o Edital e seus anexos e proposta(s) da(s) licitante(s) vencedora(s).

Piracuruca-PI, 15 de outubro de 2019.

Manoel Francisco da Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças